

SOBRE “MONUMENTALIDADE E ESPAÇO PÚBLICO EM LOURENÇO MARQUES (1930-1940)”

DE GERBERT VERHEIJ

José Guilherme Abreu - Unviersidade Católica de Porto

RESUMEN

El artículo reproduce la intervención del profesor Abreu, en el jurado de evaluación de la tesis del master en Historia del Arte, “Monumentalidad e Espaço Público em Lourenço Marques (1930-1940)” de Gerbert Verheij realizada en la Facultad de Ciencias Sociales y Humanas de la Universidade Nova de Lisboa el 3 de Enero de 2012

SUMMARY

This article reproduces the reasoning by Prof. Abreu, on the jury to evaluate the master thesis in History of Art, “Monumentality and Public Space in Lourenço Marques (1930-1940)” by Gerbert Verheij, held in Faculty of Social Sciences and Humanities at the Universidade Nova de Lisboa on January 3, 2012

O texto apresentado por Gerbert Verheij é, no meu ponto de vista, bastante mais e, ao mesmo tempo, um pouco menos, do que uma tese de mestrado.

É um estudo que vale, desde logo, porque vem preencher uma das lacunas que se têm revelado mais difíceis de colmatar no estudo da estatuária e da monumentalidade portuguesas do período colonial, apesar do desenvolvimento da investigação académica que se tem verificado recentemente em torno desta matéria.

Encarando a escultura monumental sob o ponto de vista da sua inserção urbana e da sua repercussão social, o presente estudo recupera e problematiza de forma competente muitos dos factos relacionados com o historial e o cerimonial que rodeavam a implantação de escultura monumental comemorativa, abordagem metodológica essa que é a que melhor se adequa ao estudo da estatuária e da escultura monumental.

Centrado no estudo de dois casos exemplares para a “inscrição pública” do desígnio da Grande Nação Pluricontinental Portuguesa em Lourenço Marques, o presente estudo reúne um manancial de informação que constitui novidade absoluta, no âmbito da literatura sobre História da Arte em Portugal.

Mas mais do que isso, o candidato não se limita a elaborar um estudo de casos bem documentados ao nível da pesquisa, na medida em que lança um olhar cuidadoso sobre o Estado da Arte na matéria, superando aqui o estalão de referência de uma dissertação de mestrado, ao analisar, de um modo geral corretamente, as mais significativas obras que sobre o assunto foram publicadas em Portugal, percorrendo um vasto leque de autores e de disciplinas, e estendendo o seu exame às teses de mestrado e doutoramento que mais diretamente se relacionam com a temática do presente estudo, circunstância que uma vez mais nos permite aduzir que no âmbito da adopção do modelo de Bolonha, é possível elaborar provas de mestrado que simultaneamente detêm mérito e utilidade para fazer avançar o conhecimento universitário.

Trabalho ensaístico de fôlego, o mesmo não se cinge a analisar e sintetizar de forma competente a literatura publicada e a investigação académica, para convocar, discutir e aplicar o contributo de autores de referência, cuja obra configura e circunscreve a reflexão teórica sobre matérias que direta ou indiretamente se relacionam com o tema central da tese, revelando ter adquirido os procedimentos e as competências necessárias à investigação universitária, com maestria.

Contudo, não obstante os méritos enunciados, a presente tese não deixa de evidenciar nalguns aspectos pontos de vulnerabilidade, já que a sua leitura atenta não pode ignorar a presença de algumas lacunas, assim como de alguns equívocos, incorreções e problemas.

Começando pelas lacunas, limitar-me-ei agora a referir uma que considero relativamente grave, pois tratando-se de uma tese centrada na temática da monumentalidade (como se assume no próprio título) torna-se difícil compreender a ausência de referência ao documento “Representação 35”, que é um texto fundamental para a compreensão da problemática da monumentalidade durante o Estado Novo, documento esse cuja análise e discussão, de resto, não tem sido suficientemente empreendida no âmbito da História da Arte, e que por isso mesmo ainda não esgotou o potencial interpretativo e crítico que no mesmo se condensa, valiosa que poderá ser a sua análise para a actualização de uma visão mais alargada e aprofundada da História da Arte da Era do Engrandecimento.

Relativamente a equívocos, parece-me que nem sempre a arquitetura do texto é clara, ao nível dos conceitos, pois para além da sua explicitação isolada é fundamental elucidar cada conceito, em função do confronto com aquele que lhe é antagonista ou complementar, como consequência da sua natureza dialética, que faz com que os conceitos se definam, simultaneamente, uns a partir dos outros e uns contra os outros.

No presente caso, por exemplo, parece-me que o conceito de *monumento* ganha

maior inteligibilidade mediante o confronto com o conceito de *ornamento*, na medida em que o primeiro visa a consagração de valores éticos ou cívicos, enquanto o segundo visa a expressão de valores estéticos ou formais. Da mesma forma, o conceito de *aura* adquire maior clareza mediante o confronto com o conceito de *sublime* (e não com o de alegoria, como supõe o candidato, p. 92), na medida em que ambos visam construir teorias estéticas alternativas à da arte como expressão do belo, sendo que no primeiro caso a expressão do belo é superada pela unicidade preciosa e irrepetível da obra de arte, ao passo que no segundo caso a mesma é superada pela exaltação da grandeza. De igual modo, o conceito de *propaganda* revela melhor o seu significado mediante o confronto com o conceito complementar de *doutrina*, na medida em que a primeira visa condicionar o comportamento social pela inculcação da sua conformidade às *normas*, enquanto o segundo visa condicionar a consciência individual, pela inculcação da sua conformidade aos *dogmas*. Finalmente o conceito de *alegoria* revela melhor a sua natureza mediante o confronto com o conceito de *símbolo*, na medida em que a primeira, enquanto adorno estilístico de origem convencional se reveste de um valor ou uso meramente instrumental, ao passo que o segundo, enquanto complexo semântico de extração imaginal¹, se reveste de um valor transcendental, devendo portanto encarar-se o espaço público como um espaço simbólico que compõe narrativas, a partir de um desenho alegórico que recorre a elementos como eixos, monumentos e praças.

Parece-me assim que a clareza conceptual de uma tese não se esgota na definição formal dos conceitos, pois estes para serem operativos carecem de ser apropriados pelo investigador, que só depois de os ter assimilado, em seguida, ainda que modificando-os, logrará aplicá-los de forma coerente e consistente, contribuindo a investigação realizada, no fim, para uma definição mais aprimorada dos conceitos. Relativamente aos problemas, irei unicamente referir dois.

Em primeiro lugar refiro o problema da articulação da reflexão teórica – elaborada a partir da análise de fontes secundárias onde o discurso teorético aparece já formulado – com os casos de estudo em presença, pois apesar do fôlego ensaístico que o candidato revela, e que é de louvar, o certo é que dada a limitação imposta pelo formato tese de mestrado no que concerne, desde logo, ao número de páginas, a preferência dada a essa componente da investigação teve como consequência preterir a análise das fontes primárias², que são, afinal, a matéria-prima revelada pela investigação, a qual por se dar em estado bruto ao investigador, carece de um exercício de transposição do posicional para o conceptual, exercício destinado a transformar os dados fornecidos pelas fontes, em sentidos claros e operantes.

É que, para a escrita de uma História da Arte, a um tempo, firmada no conhecimento dos factos e aberta à compreensão do sentido dos mesmos, as fontes primárias não podem ser encaradas exclusivamente como um conglomerado de dados empíricos e objetivos, mas como uma arquitetura de significados e um viveiro de inter-

1 Nota para publicação: Imaginal, conceito desenvolvido por Henri Corbin, In, CORBIN, H., *Mundus Imaginalis, the Imaginary and the Imaginal*, In, *Spring: An Annual of Archetypal Psychology and Jungian Thought*, Spring Publications, 1972, New York, pp. 1–19, e retomado por Gilbert Durand, em DURAND, G., *La Reconquête de l'Imaginal*, In, *Henry Corbin, Cahier de L'Herne*, nº 39, L'Herne, Paris, 1981, pp. 266-273.

2 Análise de Fontes Primárias como Memórias Descritivas; Discursos institucionais em atos solenes; Artigos de opinião na Imprensa e Periódicos, etc.

pretações, devendo as referidas fontes ser encaradas como o *argumento* central da investigação, para que esta logre, a partir deles, (e com eles) produzir teoria, pois o trabalho teórico passa mais pela conversão dos dados empíricos em teoria, do que pela *argumentação* à volta de retalhos teóricos, por vezes brilhantes, mas de discutível aplicação.

No presente estudo isso sucede com alguma frequência, como por exemplo com a aplicação, algo forçada, da teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre, pois se é verdade que o espaço público é um espaço construído que supera o espaço absoluto do território natural, e que a transformação de um no outro é uma obra colectiva, importa no entanto ter presente que a teoria de Lefebvre³ tem como horizonte histórico o desenvolvimento da cidade industrial, condicionado e impulsionado pela exploração da propriedade do solo urbano, e pela especulação imobiliária, circunstância que não corresponde àquela que se verificava em Lourenço Marques, durante as décadas de 30 e de 40.

Para aplicar a teoria de Lefebvre ao desenvolvimento do urbanismo de Lourenço Marques, importava, por isso, demonstrar, ou pelo menos, argumentar, a favor da pertinência da sua aplicabilidade ao estudo em causa, pois à partida parece mais óbvio fazê-lo a partir do modelo das cidades-jardim inglesas, até porque a influência primeiro Boer, e Britânica, depois, como o candidato observa, é particularmente importante, em virtude da vizinhança de Moçambique com a *Zuid-Afrikaansche Republiek (ZAR)*, até 1900, sentindo-se a falta de um estudo comparado do urbanismo de Lourenço Marques com o das cidades da África Austral, como por exemplo Pretória, visto a distâncias entre ambas ser apenas de perto de 500 km, encontrando-se as duas ligadas por caminho-de-ferro, desde 1895, e registando-se de resto notórias afinidades entre o urbanismo de Pretória e o de Lourenço Marques, inclusive ao nível da escultura monumental, pois ali figuram monumentos como o Voortrekker Monument, de 1937-49, esculpido em pedra, e a estátua equestre modelada em bronze de Andries Wilhelmus Jacobus Pretorius, fundador da cidade, que inaugurada em 1945, é da autoria de Coert Steynberg (1905-1982), escultor que venceu o concurso organizado, em 1933, pela Casa da Africa do Sul, para a colocação da estátua em pedra de Bartolomeu Dias, na fachada da sua sede, que se localiza em Trafalgar Square, em Londres.

De resto, é precisamente porque a estrutura urbanística de Lourenço Marques, por ser uma cidade de fundação e de crescimento recente, não repercute os modelos urbanísticos da cidade mediterrânica, que se faz sentir a necessidade de a “portugalizar” como bem observa e documenta o candidato, através da monumentalização das Praças e da criação de Grandes Eixos unindo-as entre si, numa operação correspondente à da Metrópole, como estudou Helena Lebre Elias na sua tese de Doutoramento sobre *Arte pública das administrações central e local do Estado Novo*, para Lisboa, entre 1938-1960, defendida em 2006, que ignora, e que é outra lacuna da presente dissertação.

³ Da vasta produção teórica de H. Lefebvre, parece-me que o livro, *La Révolution Urbaine*, é passível de mais útil aplicação ao estudo da monumentalidade do que *La Production de L'Espace*, utilizada pelo candidato, até porque no primeiro Lefebvre se refere diretamente à problemática do Monumento, e à sua ambivalência. Ver a esse respeito a minha tese de mestrado, ABREU, J. G., *A Escultura no Espaço Público do Porto. Inventário, História e Perspectiva de Interpretação*, Coleccio e-Polis, nº 3, 2005, Barcelona, p. 27-28. URL: <http://www.ub.edu/escult/epolis/guilherme/Porto.pdf>

Pergunto por que razão ignora o trabalho de Helena Elias, quando o mesmo se debruça sobre o estudo da encomenda de projetos falhados como sucede em Lourenço Marques.⁴

O segundo problema tem que ver com a questão da teoria da escultura monumental, e com a incontornável distinção entre *monumento escultórico* e *monumento estatuário*, de que o caso de Lourenço Marques nos dá um eloquente testemunho, na medida em que no primeiro caso a comemoração se centra numa alegoria, e no segundo numa figura histórica. Não se trata portanto de uma discrepância estética ou formal, mas de uma discrepância semântica. Não se trata tão pouco de uma discrepância de pendor político-ideológico-sociológico, já que ambos os monumentos são suporte de uma mensagem nacionalista, e ambos enaltecem os militares. Certo é que essa discrepância é necessariamente determinante, visto o Padrão da Grande Guerra ainda hoje permanecer no seu lugar, ao passo que o monumento a Mouzinho de Albuquerque foi apeado, após a independência.

De resto, pelo levantamento que o candidato fez, percebe-se que todos (ou quase todos) os *monumentos estatuários* foram apeados, ao passo que todos os *monumentos escultóricos* (padrões, obeliscos, colunas) permanecem nos seus lugares, sucedendo isso não somente em Moçambique, mas em todas ex-colónias do antigo Ultramar.⁵

Pergunto então por que razão o candidato não ponderou considerar a dialética monumento/estátua, ou se se preferir, monumento escultórico e monumento estatuário, que é teorizada na minha tese de doutoramento?

Quanto às incorreções, e já que estou a falar na minha tese, aproveito para o questionar sobre o comentário que fez a propósito quer da minha tese, quer da tese de doutoramento de Pedro Vieira de Almeida, ao afirmar, p. 6, que *“Há, assim, uma propensão para abordar os projectos estudados por estes autores a partir de uma divisão cómoda mas discutível entre uma parte de “propaganda” (o projecto como “reflexo” de uma ideologia) e outra de “arte” (a sua qualidade formal ou “estética”). É, a meu ver, sintomático que recorram ao conceito (muito problemático)*

4 Na sua tese Helena Elias estuda os projectos falhados do Eixo Monumental e da Praça a construir frente à Torre de Belém; da implantação do Monumento aos Heróis da Colonização Portuguesa na Praça do Areeiro e no projecto do Palácio da Cidade, no remate superior do Parque de Eduardo VII, projetos falhados esses que acabam por ter muito que ver com o projeto falhado da Praça Imperial de Lourenço Marques, depois designada de Praça do Infante D. Henrique, que também nunca chegou a ser construída.

5 Sobre este ponto remetemos para a conferência conjunta que proferimos com o arquiteto José Manuel Fernandes e moderada pela Prof^a Doutora Raquel Henriques da Silva, no âmbito dos 1.os Encontros da Lusofonia, realizada, em Torres Novas, em 14 de Novembro de 2008, no Cineteatro Virgínia, sobre o Padrão ao Infante D. Henrique de Torres Novas, tendo José Manuel Fernandes apresentado aí numerosas fotografias que tirou a padrões e monumentos que ainda se mantinham nos seus lugares, em diferentes ex-Colónias, designadamente fotografias dos Padrões Henriquinos que ainda subsistem, a saber, Díli (Timor-Leste), Água Grande (S. Tomé e Príncipe), Maputo (Moçambique), Cidade da Praia (Cabo Verde), Farim e Cacheu (Guiné) e de Panjim, capital de Goa. (Cf. <http://www.teatrovirginia.com/noticias/detalhes.php?id=15>). Aliás, o fenómeno da sobrevivência desse tipo de monumentos é consistente com a sobrevivência de monumentos escultóricos ou alegóricos após a queda do Império Soviético, face ao derrube generalizado de estátuas de Lenine. De resto, já no tempo da Comuna de Paris, 1871, a Coluna de Vendôme, encimada por uma estátua de Napoleão Bonaparte, foi derrubada, ao passo que a Coluna de Julho, encimada pela estátua da Alegoria do Génio da Liberdade, se manteve (e se mantém ainda) no seu lugar.

do “sublime” para definir esta relação, e, mais ainda, que concluem pelo fracasso final desta intenção”. Nesta passagem, que é o único comentário que faz sobre as referidas teses, o candidato não só não capta o ponto central da sua argumentação, como inclusive o distorce, afirmando que em ambos os casos se veicula uma interpretação baseada numa “divisão cómoda”, quando o que sucede é que em ambos os casos se constroem teorias heterodoxas, logo incómodas, da arquitetura e da monumentalidade do Estado Novo: em Vieira de Almeida uma teoria heterodoxa da arquitetura moderna, que contesta a teoria ortodoxa de Nuno Teotónio Pereira; e em José Guilherme Abreu, uma teoria heterodoxa da monumentalidade que reformula a de José-Augusto França que identifica a monumentalidade estadonovense, com o modelo do zarquismo, sintomaticamente ambas elaboradas a partir do estudo dos concursos de Sagres, onde essa problemática se materializou de forma mais notória, ao longo de três edições falhadas durante o Estado Novo e uma também frustrada em Democracia, facto que parece descartar uma leitura política de um fracasso, que efectivamente é, desde logo por não ter sido executado nenhum dos projectos vencedores, fracasso esse que por extrapolação corresponde ao malogro de um projecto de monumentalidade integral, reunindo em Sagres (considerado alto lugar da gesta dos descobrimentos) a almejada síntese do cânon estatutário com o modelo monumental.⁶

Por fim, não posso deixar de tecer um reparo sobre alguns aspectos formais da sua tese, pois estranhei que a Introdução fosse elaborada como uma componente do estudo, assim como estranhei mais ainda que as conclusões da sua Dissertação em nada se distinguissem, em termos expositivos e argumentativos, dos restantes capítulos, não retirando nenhuma ilação da investigação realizada que não figurasse já no início, como premissa.

José Guilherme Abreu
3 de Janeiro de 2012

6 Não posso deixar de assinalar que no cortejo histórico realizado em Lourenço Marques, a quando da visita do Presidente Óscar Carmona, o tema de um dos carros alegóricos era precisamente uma réplica do célebre Padrão de Sagres da autoria dos irmãos arquitetos Rebelo de Andrade, o que mostra como o fantasma dos malogrados concursos de Sagres paira sobre a monumentalidade estadonovense, estendendo-se até aos mais longínquos recantos do Império.